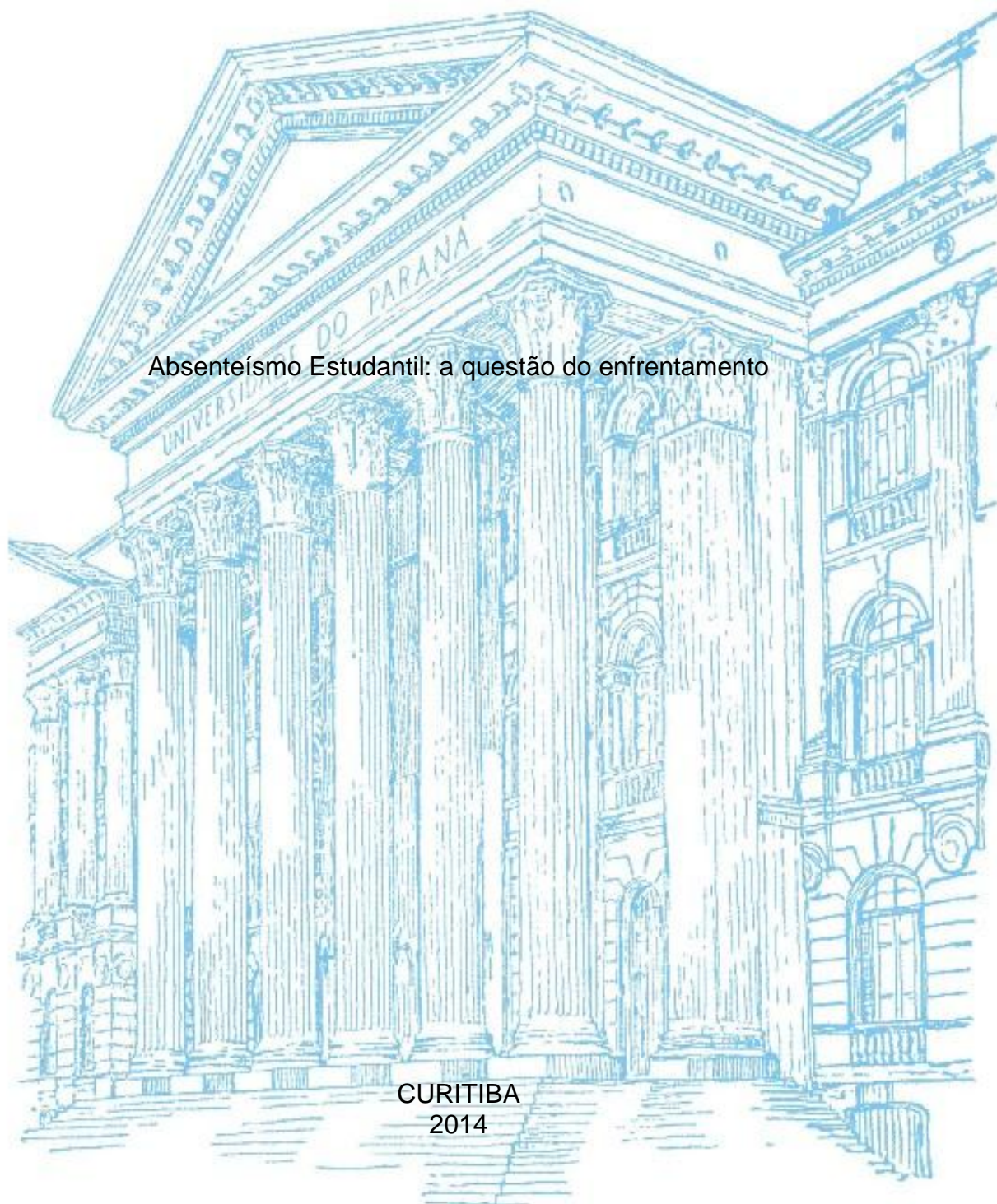


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Clenilza Lemos da Silva

Absenteísmo Estudantil: a questão do enfrentamento



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

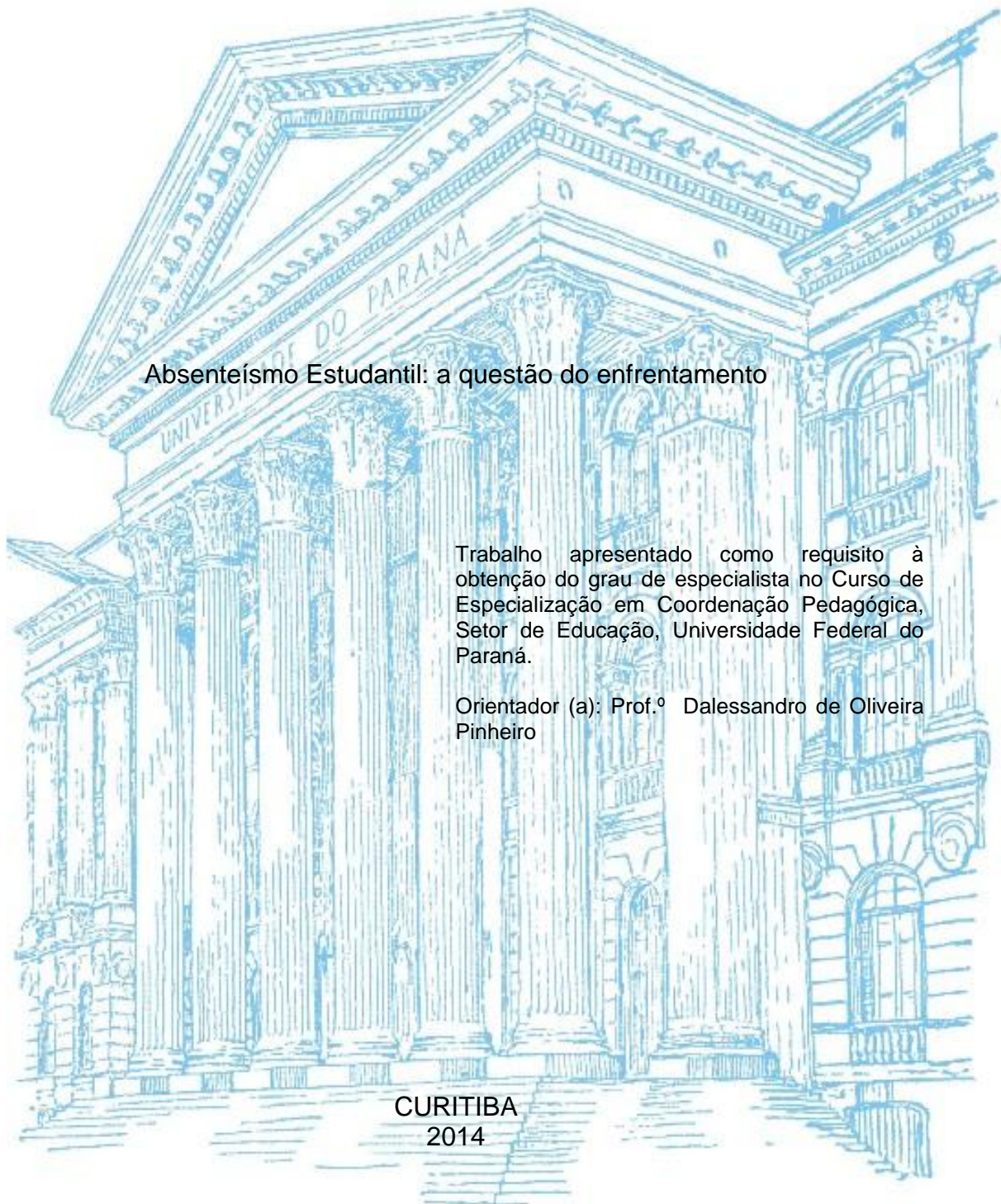
Clenilza Lemos da Silva

Absenteísmo Estudantil: a questão do enfrentamento

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof.º Dalessandro de Oliveira Pinheiro

CURITIBA
2014



Absenteísmo Estudantil: a questão do enfrentamento

Clenilza Lemos da Silva*

RESUMO

Este trabalho enfoca a questão do absenteísmo discente, as causas que levam a ausência do aluno na escola, bem como a responsabilidade e compromisso da família, da escola, da sociedade e do governo para garantir o acesso, permanência e aprendizagem de todos. A não apropriação dos conteúdos durante a vida estudantil desencadeia uma grande defasagem na formação acadêmica do discente, pois os conteúdos para cada ano em curso são elencados, como preconizam os currículos que norteiam as práticas pedagógicas das escolas.

Palavras-chave: absenteísmo, família, escola, governo .

ABSTRACT

This paper focuses on the issue of student absenteeism, the causes that lead to the absence of the student in the school as well as the responsibility and commitment of family, school, society and government to ensure access, retention and success of all. The non-appropriation of content during student life triggers a large gap in academic education of the student, as content for each year as listed, as recommended curricula that guide the pedagogical practices of schools.

keywords: absenteeism, family, school, government.

*Artigo produzido pela aluna Clenilza Lemos da Silva do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Dalessandro de Oliveira Pinheiro. E-mail: clenizalemos@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este projeto tem como objetivo estudar o absenteísmo discente nos últimos três anos em uma instituição educacional da Rede Municipal de Ensino de Cascavel-PR. Diante da análise dos dados obtidos na escola percebe-se que este fenômeno tem interferido na dinâmica das aulas bem como, no desempenho pedagógico dos alunos.

Busca-se também identificar os fatores que levam a tais faltas escolares, sendo assim, com o intuito de obter essas informações foram consultados documentos (Livros de Atas de Atendimento às Famílias), registros de classe e pesquisa com alunos.

Inicialmente constatou-se que um terço (1/3) dos alunos da escola ultrapassam vinte faltas anuais. Hipoteticamente, as justificativas fornecidas pelas famílias à escola é de que são por conta de doenças e dificuldades de deslocamentos das crianças que interferem na assiduidade das mesmas na escola.

O fator econômico das famílias, cujas estas são submetidas a jornadas de trabalho exaustivas, permite estar na companhia dos filhos apenas no período noturno atravancando o acompanhamento da vida escolar do estudante.

Um fator que auxilia no comparecimento do estudante a escola é o chamado programa do governo federal Bolsa Família, visto que este, têm sido significativo no combate ao absenteísmo, pois, está atrelado a frequência escolar do discente. É notório e as pesquisas revelam que alunos fora da escola acabam se envolvendo em questões de violência e drogadição.

Embora tenha sido atingido a tão sonhada universalização do acesso a educação fundamental, praticamente falta aos educando condições para este acesso, permanência e qualidade na escola. Requer ainda que escola desenvolva a plenitude do sujeito e o Estado assuma a responsabilidade que lhe cabe.

O termo absenteísmo comumente designado como falta ao trabalho, está apoiado em Millet e Thin (2012) que empregam o termo em francês:

“absentéisme”. O site significados.com.br define o termo como ausência repetida ou prolongada das atividades escolares. Absenteísmo vem do latim *absens* que significa estar fora, afastado ou ausente; consiste no ato de se abster de alguma atividade ou função. A taxa de absenteísmo corresponde a percentagem obtida a partir da relação entre o número de ausências e o número de presenças, num determinado tempo.

Caracterização da comunidade escolar analisada

O Município de Cascavel está localizado no oeste do Paraná, com uma população estimada em 305 mil habitantes. Possui uma rede educacional composta por 61 escolas municipais com 22.149 alunos matriculados de primeiro ao quinto ano e 3.041 alunos matriculados em pré – escola. Conta também com 47 Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI com 1.674 matrículas na pré – escola e 3.213 crianças em creche. (Portal do Município de Cascavel – SEMED).

A escola analisada fica no Bairro Parque Verde. Este surgiu no ano de 1978 em meio a um processo de urbanização empreendido pelo governo federal militar. O planejado conjunto habitacional foi fruto da parceria entre o BNH – Banco Nacional de Habitação e a COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná. Segundo Ermínia Maricato (1987), na década de sessenta surge o SFH – Sistema Financeiro de Habitação e o BNH – Banco Nacional de Habitação, sendo este o mais importante agente do país em se tratando de política urbana. (P.P.P – Projeto Político Pedagógico).

Este Bairro essencialmente residencial, também conta com supermercados, farmácias, lojas, padarias, uma Instituição de Ensino Estadual, uma Instituição de Ensino Municipal e uma UBS – Unidade Básica de Saúde.

De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, baseado no censo de 2010, a população é de 5.575 habitantes, sendo 2.607 homens e 2.968 mulheres.

Em fevereiro de 1979, a escola iniciou suas atividades, em cinco salas provisórias, cedidas por um colégio de Cascavel, hoje denominado Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boareto Neto – CEEP.

Entorno da escola há um bosque com área de preservação permanente. A demanda estudantil de classe média baixa, numa faixa etária de cinco a quatorze anos. A escola atende também a alunos de Educação Especial. Em relação a comunidade escolar, segundo levantamento realizado a faixa etária dos pais ou responsáveis gira em torno dos trinta anos. Em menor número, porém expressivo com quarenta anos. Bem como, a família de alguns alunos é constituída pelos avós com idades acima de cinquenta anos. Ainda segundo pesquisa, as profissões das famílias na maioria são: prestadores de serviços em geral, autônomos, funcionários públicos, professores, funcionários da saúde, agricultores, motoristas, comerciários, donas de casa. Observa-se que a maioria tem vínculo empregatício com carteira assinada.

As famílias são constituídas entre dois a seis integrantes. Superando a constituição familiar de quatro em pessoas cada família. O estado civil das mesmas varia entre casados em cartórios, união estável e divorciados. Os dados traduzem que cerca de 70% casados. Em relação ao lazer, a maioria das famílias tem como atividade a televisão, atividades ao ar livre, atividades religiosas e esportivas.

A formação acadêmica das famílias vai desde analfabeto até o curso superior e pós-graduação, sendo bastante acentuado o nível de escolarização no ensino médio. Percebe-se que as mães têm um nível instrucional bem maior que os pais.

No quesito habitação 80% das famílias possuem casa própria, as demais famílias moram em situação de aluguel ou moradias cedidas. O poder aquisitivo das famílias é renda mensal de menos de um e mais de seis (06) salários mínimos. Tendo uma grande proporção a renda de dois a três salários mínimos mensais. Trinta famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família do Governo Federal.

Observa-se também que, a maioria das famílias possui bens de consumo como: carro, televisão, celular, rádio, geladeira, computador, micro-ondas. 70% das famílias tem acesso a Internet e TV à cabo. Poucas famílias fazem assinaturas de jornais e revistas, cerca de 7%.

É notório que as famílias se preocupam com o bem estar e saúde, pois é expressivo o número delas que possuem plano de saúde, cerca de 40%.

A escola preocupada com a interação com a comunidade promove encontros mensais, para que estas participem e opinem sobre as ações tomadas pela instituição, bem como, apontem encaminhamentos caso necessários. Até pouco tempo estas reuniões eram dirigidas a membros das APPS – Associação de Pais Professores e Servidores e Conselho Escolar, contudo, viu-se a necessidade de se promover a gestão democrática de fato e o convite foi estendido a toda a comunidade escolar. Bimestralmente são promovidos encontros com a finalidade de informar os responsáveis sobre o desempenho acadêmico dos estudantes. Nestas ocasiões são efetuadas palestras e debates sobre temas pertinentes. As decisões tomadas nestas assembleias são divulgadas por meio de um Blog da escola, bem como, são encaminhados informativos às famílias.

Organização da Escola

A escola atualmente atende 405 alunos matriculados nos períodos matutino e vespertino, distribuídos em dezoito turmas regulares, duas classes de reforço escolar em contraturno e uma Sala de Recursos Multifuncionail Tipo I.

O corpo docente é constituído por nove professoras regentes de turma, anos iniciais, quatro professoras de Apoio Pedagógico que atuam com alunos com necessidades especiais, uma professora regente do Reforço Escolar em contraturno, duas auxiliares de turmas, uma professora regente das disciplinas de Arte e Espanhol, uma professora regente de Ensino Religioso e Educação Física, uma professora regente que ministra Arte, Espanhol, Ensino Religioso e Educação Física para a turma do primeiro ano e atende os alunos das Professoras de Apoio Pedagógico para que estas possam usufruir a Hora Atividade, uma instrutora de informática e uma monitora de biblioteca no período matutino.

No período vespertino são nove professoras regentes de turma, três Professoras de Apoio Pedagógico que atuam com alunos com necessidades

especiais, uma professora regente da Sala de Recursos Multifuncional, uma professora regente do Reforço Escolar em contraturno, uma auxiliar de turma, uma professora regente das disciplinas de Arte e Espanhol, uma professora regente de Ensino Religioso e Educação Física, uma professora regente que ministra Arte, Espanhol, Ensino Religioso e Educação Física para a turma da pré - escola e atende os alunos das Professoras de Apoio Pedagógico para que estas possam usufruir à Hora Atividade, uma instrutora de informática e uma monitora de biblioteca. Com quarenta horas semanais, e escola usufrui dos serviços de cozinheira, de auxiliar de cozinha e de três zeladoras.

A equipe administrativa/pedagógica e composta por duas coordenadoras pedagógicas, uma diretora e uma secretária. Como não dispõem de uma Monitora de Saúde, os serviços que deveriam ser realizados por esta profissional as coordenadoras e a diretora se revezam para fazê-los acumulando assim suas funções.

Com o intuito de melhorar a dinâmica da escola, as coordenadoras estão distribuídas da seguinte forma: uma para o período matutino e outra para o período vespertino. Dessa forma as questões burocráticas ficam para o período contrário de atuação. No período matutino a coordenadora do vespertino realiza atividades burocráticas e faz atendimento às famílias para que no período contrário possa efetivamente fazer o acompanhamento pedagógico (orientar professoras na Hora Atividade, acompanhar o trabalho em sala de aula e acompanhar os alunos que apresentam dificuldades na apropriação dos conteúdos do ano em curso).

Para uma escola de médio porte, pode passar a impressão errônea de um número elevado de profissionais, se comparado ao número de alunos efetivamente matriculados, uma vez que, o cálculo utilizado para determinar o número de alunos por professor desconsidera as especificidades da instituição educacional, sendo uma mera divisão cujo resultado seria 12,2 alunos por docente. Os números não mentem, mas ocultam fatos de extrema importância para compreensão da realidade educacional de uma escola.

Absenteísmo Discente

Para a realização desta pesquisa foram envolvidos professores, pais e alunos. Em relação aos pais e alunos, foram selecionados os que obtiveram maior índice de faltas nos últimos três anos letivos.

Quanto às de faltas, o índice foi obtido por meio de pesquisa documental, análise dos registros de chamada e livros atas de atendimento as famílias citadas em faltas.

Realizou-se um estudo de caso acerca dos fatores que geram um número elevado de faltas dos educandos.

Inicialmente focou-se o estudo nos instrumentos normativos jurídicos que regem o sistema educacional brasileiro, bem como asseguram os direitos dos estudantes que são: a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente, Programa Bolsa Família e Programa de Prevenção e Combate a Evasão Escolar.

A coleta de dados foi obtida com a pesquisa documental, análise dos registros de chamada, no qual ao término de cada mês o professor deve registrar o número de faltas de todos os alunos. Não deixando de sondar diariamente os alunos faltosos. Também nos livros atas de atendimento as famílias, nos quais são registrados os motivos de tais faltas. O projeto político – pedagógico da instituição educacional, o qual define e elenca todas as estratégias e encaminhamentos da escola no enfrentamento desta questão. Que por sinal é seriíssima e fundamental para o bom desempenho pedagógico e até de segurança do aluno.

De acordo com os textos lidos, a Pesquisa documental a Consulta a Documentos agregam benefícios ao trabalho de pesquisa, pois, são ricos em informações e não reagem a presença do pesquisador.

Foi fornecido um questionário aos alunos de 5º ano com intuito de levantar dados quanto ao significado da Instituição escolar na vida deles e qual a sua relevância para o futuro dos mesmos como cidadãos.

Analisando as problemáticas que permeiam o cotidiano escolar, dentre muitas, constatou extrema preocupação com a: Assiduidade dos Educandos. Ao final de dois mil e onze, doze e treze, realizou-se um levantamento criterioso do número de faltas de cada aluno, considerando como faltoso o educando com mais de vinte faltas ao longo do ano letivo. Tal número foi definido devido como base para considerar o aluno faltoso por conta de que,

muitos alunos apresentaram esta quantidade de faltas ao final do ano letivo, obviamente este número é bastante elevado, pois corresponde a um mês de aula.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, instrumento que regulamenta a estrutura e o funcionamento do sistema educacional brasileiro:

Art. 24 I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Art. 24 VI, a lei estabelece uma frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para progressão do educando.

Mediante a lei, cabe ao Estado garantir a frequência do alunado por meio de políticas públicas ou dispositivos jurídicos.

De acordo com Saviani:

Considerando – se que o tempo de permanência na escola é, por vezes, decisivo para o sucesso das crianças, em especial aquelas das famílias de baixa renda, essa ampliação resulta um avanço diante da situação vigente (pg. 210).

Para Saviani, a única mudança perceptível na LDB é a mudança na carga horária e dias letivos, as demais mudanças dependem das ações de políticas educacionais e decisões de órgãos normativos dos sistemas de ensino ou das próprias escolas.

O Título III da LDB que trata DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR, todos devem zelar para que o alunado esteja frequentando à escola e recorrer ao Poder Judiciário quando do não cumprimento. Contudo, de acordo com Demo, o Estado não assume sua responsabilidade efetivamente, assim a lei acaba sendo inócua. Segundo o autor a lei acaba por confirmar que o nosso maior atraso histórico não está na economia, reconhecida como já importante no mundo, mas na educação.

Em sua obra “A vantagem acadêmica de Cuba”, Carnoy descreve elementos que destacam a educação neste país. Um deles é o tempo em que

o aluno permanece na escola. As crianças cubanas têm uma carga horária diária de oito horas na instituição educacional, permanecendo com o mesmo professor no decorrer da primeira etapa da educação, criando quase que um vínculo parental. Essas crianças cubanas frequentam a mesma escola até concluírem o ensino médio. Não há flexibilidade no currículo cubano como no Brasil, o Estado garante formação aos docentes e de fato acompanha a aplicação do currículo; o oposto de nossa nação, em que o professor reina soberano em sua sala ou turma.

Carnoy pontua que a postura de Cuba que, é assumir sua responsabilidade quanto à educação da população, dessa forma, as famílias cubanas tem uma relação respeitosa com a escola, não havendo indisciplina por parte dos alunos. Quanto ao absentéismo discente, esse contato estreito entre família e escola faz com que os alunos cubanos sejam mais assíduos que os brasileiros.

Referente aos profissionais da educação em Cuba, estes são recrutados dentre os melhores alunos do ensino médio. Quanto ao currículo, o cubano não tem tantos conteúdos quanto o brasileiro, porém, estes são apropriados pelos alunos, os professores têm domínio dos conteúdos que ensinam. Para o referido autor, há uma cobrança sobre as escolas (Brasil Chile) como se estas pudessem operar milagres.

A lei brasileira, evidentemente, é bastante clara e incisiva quanto ao cumprimento da carga horária, contudo, as análises revelaram que cerca de quase 50% dos alunos da escola estudada chegam ao quinto ano com defasagem de cerca de meio a um ano letivo de faltas e conseqüentemente de conteúdos. Sendo assim, o percentual de alunos com condições acadêmicas efetivas de cursar o ano, infelizmente, é mínimo.

Para Jean Piaget, tratando do direito a educação:

Afirmar o direito da pessoa humana à educação é pois assumir uma responsabilidade muito mais pesada do que assegurar a cada um a possibilidade da leitura, da escrita e do cálculo: significa a rigor, garantir para todas as crianças o pleno desenvolvimento de todas as suas funções mentais e a aquisição dos conhecimentos, bem como dos valores morais que correspondem ao exercício dessas funções, até a adaptação plena da vida social atual. É antes de mais nada, por conseguinte, assumir a obrigação, levando em conta a

constituição e as aptidões que distinguem cada indivíduo – de nada destruir ou malbaratar das possibilidades que ele encerra o que cabe à sociedade ser a primeira a beneficiar, ao invés de deixar que se desperdicem importantes frações e se sufoquem outras.

Por meio da educação torna – se possível trabalhar o indivíduo quanto ao pleno exercício da cidadania bem como, estimular as suas capacidades para que esse possa se constituir em agente transformador da sociedade. Desta forma, estaremos contribuindo para formação de capital social, do qual, todos os sujeitos poderão usufruir.

De acordo com Pontes de Miranda, a educação somente pode ser direito de todos se houver escolas em número suficiente e se ninguém for excluído delas, portanto, se há direito público subjetivo à educação, o Estado pode e deve entregar a prestação de contas educacional. Fora daí, é iludir com artigos de constituição ou de leis. Resolver o problema da educação não é fazer leis, ainda excelentes; é abrir escolas, tendo professores e admitindo os alunos.

Para Demo, se referindo a LDB, a inovação medra em ambientes abertos e que cultivam a abertura. O ideal seria não ter lei nenhuma, ainda que isso fosse socialmente contraditório, porque, a falta de lei explícita, estabelecem – se os códigos naturais de conduta, ainda que tácitos. Não é praticável fazer educação sem modos de fazer historicamente coagulados em normas mais ou menos comuns. De um lado, a lei garante espaços, e de outro fecha os começando a atrapalhar. Feita, em si, para inovar, cai na trapalhada de imaginar – se inovadora sem inovar – se.

Enquanto o Estado, não assumir a responsabilidade quanto aos rumos educacionais da nação, continuarão arcando com ônus as escolas, os profissionais da educação e as famílias, principalmente, as que se encontram em situação de risco social e econômico. Embora, tem-se avançado em termos de legislação, esta, ainda, por vezes, é inócua.

A família e o absenteísmo

As Atas de Atendimento às Famílias registradas na escola, elencam as justificativas dos responsáveis que informam: que a distância da escola;

motivos de doença; condições climáticas; falta de um acompanhante que traga nas à escola; bem como, a recusa da mesma a vir à escola motivos para suas ausências ao ambiente educador.

Segundo Vasconcellos (1998), uma das exigências das famílias, que é o acesso à escola, e este foi concedido pelo Estado, contudo, elas não se deram conta que a universalização da escola pública foi uma medida eleitoreira, uma vez que não há primazia pela qualidade de ensino. Ainda assim, por conta da sobrecarga de trabalho exigida pelo capital, as famílias acabam por negligenciar a vida estudantil da criança.

No artigo abaixo do Estatuto da Criança e do Adolescente pontua as medidas e responsabilidades das famílias em relação a educação escolar da criança.

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

V – obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.

Entretanto, em se tratando da criança, as responsabilidades das famílias em relação à educação e cuidados com as mesmas deveriam ser em maiores números elencadas no Estatuto, como meio de fortalecer a escola em suas cobranças no ato da matrícula, visto que, os genitores chegam à escola e exigem o direito a vaga e horário que querem, contudo, acabam por não se comprometerem conforme rege a lei. Tomando como base para este estudo, os últimos três anos letivos e considerando faltoso aquele indivíduo que atinge mais de vinte faltas, mediante análise dos registros de classe, em média um aluno chega a vinte faltas anuais conclui o seguinte: Em 2011 foram 103 com mais de vinte faltas; em 2012 foram 86 e 2013 foram 134 alunos.

Baseando no preocupante dado obtido em 2011, a escola se posicionou e realizou um trabalho enfático no ano seguinte para diminuir o índice de alunos faltosos, ao final do ano constatou - se queda significativa, assim os resultados foram positivos. Entretanto, em 2013 o número voltou a subir de modo alarmante. Tal fato deve-se ao aumento da demanda estudantil, por conta da construção de um condomínio no bairro. As crianças que residem neste condomínio costumam ter um número significativo de faltas, uma vez

que, este residencial fica acerca de 2 Km da escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação cita:

Art.12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII – notificar ao conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidades de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

As famílias dos alunos faltosos sempre foram notificadas, bem como, os órgãos competentes acionados quando necessário. De acordo com a legislação, o aluno pode chegar a 25 faltas em um ano letivo, o que corresponde a pouco mais de um mês letivo, mas acarretando prejuízos ao desempenho acadêmico do discente.

Segundo Daniel Thin (2006), a falta de capital cultural das famílias e o valor que atribuem para o conhecimento que a criança se apropria na escola pode dificultar o entendimento da lógica da escola.

No município de Cascavel, não existe um estudo efetivo acerca do absenteísmo discente, portanto, não há como estabelecer um comparativo com outras instituições, mas no início do corrente ano a Secretaria Municipal de Educação alertou em uma formação contínua com coordenadores pedagógicos que, embora, o abandono e a evasão estão sendo combatido o número de faltas dos alunos estão aumentando.

Com intuito de combater o fenômeno do absenteísmo, tem sido realizados encontros com os pais/responsáveis, nos quais integrantes do Conselho Tutelar discorre sobre o que diz a legislação em relação à incumbência das famílias. Professores de universidades (Pedagogia) bem como psicólogos também enfocam a importância da família na vida escolar da criança. Os pais são contatados sempre que a criança apresenta duas faltas consecutivas ou três alternadas, os motivos destas são registrados em livro ata

próprio. Com toda a preocupação da escola em relação à educação, não significa que ela esteja atribuindo ou responsabilizando os pais pelo sucesso ou fracasso dos alunos, mas sim, chamar sua atenção para o cumprimento da parcela de responsabilidade em encaminhar o filho para escola que lhe são peculiares.

Contribuição dos alunos em relação ao assunto

Analisando as respostas fornecidas no questionário aplicado aos alunos de 4º e 5º ano, constatou – se que, principalmente, aqueles que estudam no período matutino, faltam por não conseguirem acordar no horário certo, uma vez que, os pais saem para o trabalho antes de encaminhá-los à escola. Patto (2008) constatou em sua pesquisa, o caso de um aluno que não ia para a escola quando a mãe trabalhava.

Outra justificativa dos alunos é que vão dormir muito tarde e não conseguem acordar pela manhã. Para Thin (2006), o fato das crianças não terem regras determinadas pode estar aliado ao fato da maneira como as famílias das classes populares lidam com a autoridade hierárquica dentro de casa. A escola tem suas regulamentações e estas famílias muitas vezes não conseguem se adequar a elas.

Alguns alunos alegam que faltam quando tem que cuidar dos irmãos ou necessitam acompanhar seus responsáveis em outros compromissos e quando estão doentes. Há que se ressaltar que no período matutino o índice de faltas é elevado.

Referente à importância da escola, muito alunos acreditam que a mesma oportuniza a chance de “ser alguém na vida”. Segundo Vasconcellos (1998) esta é a resposta que muitos professores dão aos alunos na tentativa de explicar o sentido da escola. O que acaba caindo no senso comum: ter um bom emprego, ter status, reconhecimento social.

Carnoy, em seus estudos concluiu que os alunos cubanos conseguem emergir socialmente por meio dos estudos, o que não ocorre no Brasil. Conforme Vasconcellos, os estudantes acabam desestimulados ao ver tantos com diplomas e desempregados.

Ensino Fundamental: Anos Iniciais e a importância da frequência escolar

Desde o nascimento as ações da criança estão voltadas ao outro, uma vez que o desenvolvimento ocorre nas interações, nas construções de relações. A escola abriga uma diversidade de conhecimentos e sujeitos com perfis diferenciados. É neste ambiente permeado de culturas e diferenças que propicia a interação social na qual o sujeito desenvolve o intelecto. Por meio de atividades planejadas, sistemáticas, articuladas e sequenciadas, possibilita aos educandos a apropriação de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Cabe a esta instituição lidar com as demandas oriundas da sociedade e, conforme as autoras, Maria auxiliadora e Ana da Costa, preparar seus atores para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo. É função de a escola desenvolver no sujeito as funções psicológicas superiores: atenção voluntária, memória seletiva, regulação da vontade, raciocínio dentre outras. Este aparato psicológico permitirá o desenvolvimento intelectual do sujeito e lhe fornecerá as ferramentas necessárias a este. Esta instituição com normas e padrões comportamentais, também proporciona espaços de educação não – formal, nos quais as interações sociais são incentivadas com vistas a inserção na coletividade.

Para cada etapa do desenvolvimento humano as instituições educacionais assumem formas de organização diferenciadas bem como objetivos. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental espera – se que o aluno leia com fluência, seja capaz de dominar a interpretação, escreva ortograficamente correto, faça adequação vocabular tanto na fala quanto na escrita e desenvolva cálculos com autonomia.

Assim, aos educadores é de responsabilidade conhecer os educandos bem como seus estágios de desenvolvimento para que o trabalho escolar tenha significado. Segundo Vygotsky, o trabalho deve ser desenvolvido na zona de desenvolvimento proximal da criança, pois a zona de desenvolvimento

real é o que o educando é capaz de fazer sozinho, sem a mediação do adulto. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental a mediação do professor bem como as interações com colegas são preponderantes para a garantia do aprendizado do discente.

De acordo com Kramer, as definições de infância são dadas pelo contexto social, econômico e político do momento. Numa sociedade desigual, as crianças desempenham, nos diversos contextos, papéis diferentes. A ideia de infância que utilizamos hoje está pautada nas crianças de classe média, o que não é a realidade das escolas públicas brasileiras. Embora as crianças já nasçam com uma legislação que ampara o direito a infância, acaba somente no direito e não efetivamente no usufruir deste direito de ser criança.

A autora demonstra preocupação na inserção de crianças de seis anos no Ensino Fundamental, uma vez que esta transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental não pode dar-se de maneira abrupta, pois seus estágios de desenvolvimento têm de ser respeitados e trabalhados por conhecedores destes. De acordo com Kramer:

As crianças têm o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das muitas possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas têm direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas da vida econômica e social, favorecendo mais que uma escola digna, uma vida digna.

Em um momento tão delicado da sociedade no qual as crianças estão expostas a diversas situações de violência faz-se necessário uma imensa gama de conhecimentos para lidar com estas. Mais uma vez, cabe ressaltar a importância da escola e seu papel na sociedade como espaço privilegiado de interação social e desenvolvimento humano.

Para a escola atingir tais proposições é necessário que o corpo discente seja assíduo, em média um terço dos alunos da escola em estudo é faltoso.

Políticas Públicas de combate ao absenteísmo discente - Bolsa Família

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome – MDS, Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Programa Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseada na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Programa Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda que promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que, os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que integrantes do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus componentes e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

A gestão do programa instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução.

A seleção das famílias para o Programa Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) selecionam, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa e recebimento do benefício.

A informação obtida junto a Secretaria de Assistência Social do município pontua que atualmente 9.525 famílias são beneficiárias do programa

(dado referente ao mês de junho do corrente ano). Na Escola Municipal Ita Sampaio 25 famílias estão cadastradas neste programa. Essa política compensatória, contribui de maneira significativa no combate ao absenteísmo discente e abandono escolar. De acordo com Brasil (2011) e Rocha (2008), os condicionantes atrelados ao programa são de suma importância para interferir na desigualdade de renda, de modo que garante (ou visa garantir) o mínimo de condições básicas para que as crianças frequentem a escola.

Programa Municipal de Prevenção e Combate à Evasão Escolar – PPCEE

Preocupados com esta problemática, em abril de 2011 foi lançado o Programa Municipal de Prevenção e Combate à Evasão Escolar - PPCEE. O Estado, o Município e o Poder Judiciário se uniram em rede para combater esta questão em Cascavel. Conforme pontua o juiz da Vara da Infância e Juventude, Sérgio Kreuz, 80% dos jovens implicados em situações de violência e drogadição estão fora da escola. Em 2010 na esfera municipal, 49 crianças abandonaram os bancos escolares, já na esfera estadual foram 1.203 alunos evadidos.

Conforme relata o Núcleo Regional de Educação de Cascavel, no ano de 2011 foram atendidos 1.638 alunos entre as duas redes, municipal e estadual. Em 2012, foram contabilizados 2.144 atendimentos, sendo 308 de escolas municipais e 1.836 de escolas estaduais. No ano passado, o programa recebeu 3.268 casos, dos quais 563 eram da rede municipal e 2.705 da rede estadual. Muitos destes casos foram encaminhados pela Vara da Infância e Juventude, pelo Ministério Público e por outros serviços ligados à rede de apoio. Até o mês de abril do ano em curso, o programa contabilizou 817 atendimentos, desses, 258 foram encaminhados pelo município e 559 pelo estado.

Do total de atendimentos feitos em 2013, registrou-se que 495 alunos não aderiram ou não retornaram às escolas e foram encaminhados para providências dos Conselhos Tutelares e de outros serviços. Os dados também mostram que 107 alunos não foram localizados, 13 estavam apreendidos, 06

faleceram, 118 atingiram a maioria, 230 foram transferidos, 1.962 retornaram por conta de ação direta do programa. Ainda foram contabilizados 337 casos não atendidos (demanda reprimida), em função do número insuficiente de profissionais do programa, impossibilitando as ações necessárias.

O programa tem como parceiros o Núcleo Regional de Educação (NRE) de Cascavel, Prefeitura Municipal, Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselhos Tutelares, bem como, toda a rede de proteção e atenção à criança e ao adolescente. Tem como gestores o Governo municipal por meio das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social e o Governo Estadual, por intermédio do Núcleo Regional da Educação / Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

De acordo com o Programa de Prevenção e Combate a Evasão Escolar – PPCEE, quando o aluno apresentar 05 (cinco) faltas consecutivas ou 07 (sete) alternadas sem qualquer justificativa dos responsáveis, esgotadas as ações da instituição, o órgão deve ser comunicado por meio de uma ficha padrão elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e enviada por email ao programa para que sejam tomadas as medidas cabíveis e esta criança retome suas atividades escolares. Ocorre que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu:

Art. 24 VI – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.

O aluno pode chegar a 25% de faltas, ou seja, cinquenta faltas em um ano letivo o que corresponde a duzentas horas, cabendo aos pais comunicar o motivo destas ou apresentar atestado médico. Se o aluno obtiver um percentual de faltas acima de 25%, mas tiver apresentado atestado médico estas podem ser justificadas e sua promoção para o ano seguinte assegurada, desde que tenha se apropriado “efetivamente” dos conteúdos destinados ao ano em curso.

Newton Duarte, referindo-se a homogeneização, termo por vezes compreendido de maneira equivocada, pontua que: “o processo de homogeneização eleva o indivíduo a uma relação direta com a genericidade de uma determinada esfera de objetivação. Através dessa esfera o indivíduo atua diretamente como ser genérico, isto é, como ser que se apropriou das forças essenciais humanas existentes nessa esfera de objetivação e pode se objetivar (produzir e reproduzir) mediado por essas forças essenciais. O processo educativo escolar tem aqui uma importância decisiva. Os indivíduos não realizam a homogeneização de forma espontânea e natural, mas sim porque assimilam, através da educação escolar, as formas de pensar e agir necessárias a esse processo”. Como um educando que não frequenta a escola pode se apropriar das forças essenciais humanas se não frequentar assiduamente a escola? Como poderá produzir e reproduzir? Duarte deixa claro que essa apropriação requer assimilação. Para isso o estudante necessita frequentar assiduamente a escola.

Considerações finais

É sabido que a criança até atingir a maioridade não responde por ela, sendo assim, o compromisso, os cuidados e todos seus atos é de responsabilidade da família ou responsáveis, com isto, a assiduidade destas na escola depende de como suas famílias sintam a educação como prioridade ou importância para o seu desenvolvimento. Inicialmente, como hipótese levantada para este estudo, são doenças e dificuldades de deslocamentos, fatores pontuados pela família para justificar a assiduidade da criança na escola. Tais argumentos familiares fornecem uma visão da forma e sentido que as famílias trabalhadoras atribuem à escola. Na verdade o que pode se perceber é que a escola está em segundo plano.

Um dos fatores que também interferem na presença do educando na escola, é fator econômico, diante do sistema capitalista que impera no país, com uma sociedade consumista de modismo, as famílias têm jornadas de trabalho exaustivas, as quais limitam a participação na vida acadêmica do educando, bem como, muitas destas crianças ficam sozinhas em casa, diante disso, não se organizam ou acordam com tempo de se dirigir a escola, uma vez que os pais já saíram para o trabalho. A criança atribui à escola a mesma importância considerada por seus familiares.

Com relação à escola, há que se considerar a localização, se privilegia o acesso do educando, transmite segurança, e prima pela qualidade de ensino e confiabilidade as famílias. A escola recebe os alunos de modo a fazer com que estes se sintam pertencentes a este espaço educador. Entretanto, percebe-se a necessidade desta buscar estratégias para se tornar mais atrativas na visão dos alunos e famílias e garantir essa assiduidade, a qual é fundamental para garantir a apropriação dos conteúdos por seus alunos, mudando a visão distorcida que muitas famílias têm como conceito estabelecido da escola.

Sobre as políticas públicas no combate ao absenteísmo, estas são fundamentais, uma vez que asseguram a permanência da criança na escola e são responsáveis pela inserção ou reinserção do aluno.

O absenteísmo discente é um campo que demanda muitos estudos, por ser complexo e permeado por fatores sociais, políticos e econômicos. Há inúmeros estudos sobre abandono escolar, entretanto, faz-se necessário dedicar maior atenção e pesquisa nas defasagens acarretadas pelas faltas escolares, uma vez que por conta desta ausência ao banco escolar, o domínio dos conteúdos por parte dos alunos fica prejudicado não correspondendo ao ano que estão cursando.

É fundamental reforçar que o aluno em idade escolar, matriculado, frequente essa instituição educadora assiduamente, visto que, ao longo de sua trajetória estudantil, perca uma parcela dos conteúdos elencados ano a ano, formará uma grande lacuna na formação, construção e apropriação do conhecimento, ficando em desvantagem ao competir com os demais. Sua formação acadêmica ficará fragmentada.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Bolsa Família.**

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

CARNOY, Martin (org). **A vantagem acadêmica de Cuba:** por que seus alunos vão melhor na escola. São Paulo: Ediouro, 2009.

DAYRELL, J. **A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.**In: **Educ. Soc.**, Campinas, 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 10/04/2014.

DEMO, Pedro. A nova LDB: **Ranços e avanços.** Campinas, SP: Papyrus, 1997. – (coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?:** quatro ensaios crítico – dialéticos em filosofia da educação. I. ed., Ireimpessão – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski.** 4º. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

ROCHA, S. **Transferências de renda federais:** focalização e impactos sobre pobreza edesigualdade. Economia Contemporânea. Rio de Janeiro 2008. [http://www.mds.gov.br/bolsa família](http://www.mds.gov.br/bolsa_familia)>. Acesso em: 11 de julho de 2014.

<http://www.significados.com.br/absenteismo/>. Acesso em: 12/07/2014

<http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=18993> acessado em 01/06/14

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/modules/noticias/article.php?storyid=1327> acessado em 05/07/2014 - 12/07/14

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=410480>. Acesso em 09/07/2014.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil**: Educação Infantil e Fundamental. In: Educação e Sociedade. Campinas, 2006.

KRAMER, Sônia. **A política do pré – escolar no Brasil – a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional do Regime Militar**: Do Milagre Brasileiro a Crise Econômica. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MILLET, Mathias; THIN, Daniel. Remarques provisoires sur les « ruptures scolaires » de collégiens de familles populaires. **Les sciences de l'éducation**- Pour l'Ère nouvelle, Le Décrochage scolaire, 2003. (Manuscrito)

MILLET, Mathias; THIN, Daniel. **Ruptures scolaires**- L'école à l'épreuve de la question sociale. França: Presses Universitaires de France, 2012.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição** de 1946. (T.4). 2ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1963.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia**. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

PIAGET, Jean. **Para Onde Vai a Educação?** Ed. José Olympio, Rio de Janeiro. 1973.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor?** Resgate do Professor como Sujeito de Transformação. São Paulo; Libertad, 1998.

VASCONCELLOS, Lígia. A relação entre frequência escolar e renda familiar no Brasil- 1981-1999. In: **Pesquisa e planejamento econômico**, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica** – 17. Ed. Revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZAGO, Nadir. **Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo;

ZAGO, Nadir (Orgs). **Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 17-43.